



**1ª.COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS
HUMANOS**

E

**5ª.COMISSÃO PERMANENTE DE DESCENTRALIZAÇÃO E OBRAS
MUNICIPAIS**

Reunião do dia 14 de Dezembro/15

Parecer Conjunto da Proposta nº. 779/2015 – *“Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de St.º António e respectiva Minuta de Contrato.”*

Este parecer foi aprovado por UNANIMIDADE dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões

Relatores - Deputado João Magalhães Pereira

Deputada Sofia Oliveira Dias

Presidentes - Deputada Maria Irene Lopes – 1ª. CP

Deputado Miguel Coelho – 5ª. CP

PROC. _____
ENT. 3447/SG/DAOSM/GAAM/15
DATA 14/12/15
Alc. Fernandes



DL
7

1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Finanças, Património e Recursos Humanos

5.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Descentralização e Obras Municipais

PARECER SOBRE A PROPOSTA n.º 779/2015

Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de St.º António e respectiva Minuta de Contrato

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 691/2015 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia às Comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais deliberaram emitir Parecer Conjunto, nos termos seguintes:

I – CONSIDERANDOS


1. Como disposto no Artigo 23.º e al.ª I) do n.º 1 do Artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, a celebração com as Juntas de Freguesia de Contratos de Delegação de Competências e de acordos de execução promoção e salvaguarda dos interesses da sua população, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos.

SL
2/1

2. Nesta conformidade, a Câmara Municipal de Lisboa e a Freguesia de St.º António consideram de interesse mútuo e prioritário, a requalificação de espaços públicos, nomeadamente do **Posto de Limpeza da Av. da Liberdade**, das instalações da **Escola Básica Ducla Soares**, da **Escola Básica de São José**, do **Polidesportivo do Passadiço**, assim como intervenções na **Rua da Pretas**, **Rua de São José**, **Av. da Liberdade**, **Rua de Santa Marta**, **Rua Rodrigues Sampaio**, **Rua da Alegria** e **Rua da Fé**.

3. Os trabalhos de reabilitação referidos consistem em diversas tipologias de obra cujas características não assumem uma mera dimensão de conservação e manutenção, mas sim de beneficiação e reparação, integrando-se na competência da Câmara Municipal, pelo que não se subsume nas competências estabelecidas no Art.º 12.º da Lei n.º 56/2012 de 8NOV, mas na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12SET e definem-se como:
 - (i) A requalificação e reabilitação do Posto de Limpeza da Avenida e equipamentos municipais, nomeadamente os trabalhos de intervenção na plataforma elevatória em cumprimento das normas de acessibilidades;
 - (ii) Na requalificação das instalações das Escolas Básicas Ducla Soares e de São José, bem como do campo de jogos do Passadiço serão executados os trabalhos de isolamento e de impermeabilização;
 - (iii) No âmbito das obras de reparação das vias na Freguesia, serão executados trabalhos de repavimentação e calçetamento, em continuidade.

4. O interesse, a relevância e a prioridade das intervenções nos espaços públicos visados é demonstrado em função da sua natureza, localização e do estado em que se encontram, sendo que o contrato inter-administrativo de delegação de competências constitui o instrumento legal idóneo à execução pela Freguesia das intervenções acima referenciadas.

- 
5. Pela conjugação da al.^a k) do artigo 25.º com a al.^a m) do n.º 1 do Art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12SET, a Câmara Municipal pode submeter para autorização à Assembleia Municipal e esta pode apreciar, a celebração de tais Contratos de delegação de competências;

II – ANÁLISE da PROPOSTA

1. O Contrato inter-administrativo prevê, em conformidade com o disposto nos nºs 1, 2 e 5 do artigo 115.º, *ex vi* do artigo 122.º, ambos do Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias, os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, como expresso na Cláusula 5.ª da Minuta de Contrato.
2. A Proposta inclui a Minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de St.º António e prevê a afectação dos recursos financeiros necessários à execução das obras descritas, num valor total de **€ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil euros)**.
3. Da celebração do contrato em análise, decorrem as seguintes obrigações:
 - i) A Junta de Freguesia promoverá a realização dos trabalhos correspondentes à requalificação urbana em causa como definido nas peças escritas e desenhadas do Projecto de Execução e nas condições estabelecidas, em desenvolvimento do Contrato de Delegação de Competências, assim como os procedimentos pré-contratuais conducentes à realização dos trabalhos;
 - ii) A Junta de Freguesia apresentará Relatórios Mensais sobre o progresso da execução da obra desenvolvida no âmbito desse Contrato inter-administrativo;
 - iii) A Câmara Municipal entregará à Junta os Projectos de Execução, os Cadernos de Encargos, as Memórias Descritivas, assim como toda a documentação técnica e administrativa necessária à boa execução dos trabalhos objecto do mesmo Contrato.

4. Note-se que a Proposta está devidamente instruída com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 122.º, ambos do Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12NOV, como definido na Recomendação n.º 1/54, aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal em 27JAN15

III – CONCLUSÕES e RECOMENDAÇÕES

1. Reputa-se de particular importância a celebração dos presentes negócios jurídicos, assim como o facto de terem merecido a aprovação unânime das diferentes forças políticas representadas em sede de reunião de Câmara.
2. A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de Parecer.
3. Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa a remessa à Assembleia Municipal dos Relatórios Mensais especificados em ii) do n.º 3 do Capítulo II do presente Relatório.
4. Recomenda-se ainda o incremento do número e âmbito destes Contratos inter-administrativos para a execução de obras e de outras operações de interesse para as populações locais, cuidando na sua distribuição equitativa pelas Freguesias de Lisboa.

IV – ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de quaisquer outros elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal.

Os Grupos Municipais e Deputados/as Independentes representados/as nas Comissões reservam para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi APROVADO por UNANIMIDADE dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

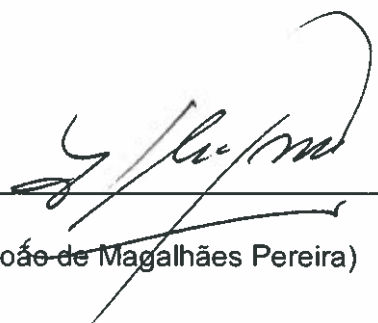
Assembleia Municipal de Lisboa, 14 de Dezembro de 2015

A Presidente da 1.ª Comissão



(Irene Lopes)

O Deputado-Relator



(João de Magalhães Pereira)

O Presidente da 5.ª Comissão

(Miguel Mora Coelho)

A Deputada-Relatora

(Sofia Oliveira Dias)